



## Senado aprova reforma política que proíbe doação de empresas

De acordo com proposta, que agora volta para a Câmara dos Deputados, apenas as pessoas físicas poderão contribuir com partidos e candidatos



Jefferson Rudy/Agência Senado

O Plenário aprovou ontem à noite o projeto da reforma política vindo da Câmara. Os senadores mudaram a proposta original e proibiram a doação de empresas a candidatos e partidos — somente pessoas físicas poderão contribuir financeiramente. As coligações nas eleições proporcionais serão desestimuladas, de acordo com o projeto. Somente se elegerão os deputados e vereadores, mesmo em coligação, que obtiverem no mínimo 10% do quociente eleitoral. Atualmente, as coligações permitem que candidatos com relativamente poucos votos sejam eleitos. O projeto, entre outros pontos, também acaba com a exigência de domicílio eleitoral aos candidatos. **12**

Senadores comemoram no Plenário a aprovação do projeto de lei que proíbe empresas de doarem dinheiro para campanhas eleitorais

**Congresso votará vetos presidenciais na quarta-feira 5**

**Orçamento será analisado com rigor, diz Renan 8**

### Avança Instituição Fiscal no Legislativo

A criação de um órgão para auxiliar o Legislativo a avaliar a política fiscal foi aprovada ontem pela CCJ. A Instituição Fiscal Independente (IFI) é prevista na PEC 83/2015, de

Renan Calheiros. O texto aprovado foi o substitutivo do relator, José Serra. O texto faz parte da Agenda Brasil e agora segue para análise do Plenário. **7**



Genildo Mangel/Agência Senado

José Serra (D), autor do substitutivo aprovado pela comissão, cumprimenta Waldemir Moka

### Especialistas vão combater burocracia

Foi instalada ontem, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, comissão formada por 16 integrantes com o objetivo de elaborar anteprojetos de lei para melhorar, simplificar e modernizar o tratamento dado a empresas e cidadãos nos balcões do serviço público do país. **6**



Janete Araújo/Agência Senado

Renan discursa na solenidade de instalação do colegiado

### Debatedores não chegam a consenso sobre Previdência

Em debate na comissão que analisa a MP sobre alteração no cálculo das aposentadorias, faltou consenso entre os participantes sobre os meios para preservar os trabalhadores sem quebrar a Previdência Social. **10**

### Senadores aceitam indicação de Marcelo Navarro para o STJ

Magistrado obteve 65 votos favoráveis no Plenário. Antes passou por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, onde defendeu o mecanismo da delação premiada e o uso de mediação e arbitragem. **3**

### União pode ter de arcar com piso do magistério 4

### Vai a Plenário texto sobre prevenção de incêndio 11

### Santas casas pedem apoio para renegociar dívidas bilionárias

Senadores debateram ontem, em sessão temática, a situação das santas casas em todo o país. As instituições, que atendem metade dos pacientes da saúde públi-

ca e acumulam dívidas bancárias de R\$ 21 bilhões, querem negociar com governo e Congresso aumento no orçamento e refinanciamento das linhas de crédito. **11**



Senadores discutem, em Plenário, a situação crítica das santas casas de misericórdia no Brasil

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O senador Paulo Paim (C) conduz a sessão em que os sindicalistas apresentaram prioridades no Congresso Nacional

## CUT apresenta prioridades legislativas do trabalhador

Cartilha, que foi levada à Comissão de Direitos de Humanos, inclui projetos que afetam diretamente os trabalhadores, como o da terceirização. Paulo Paim disse que muitas propostas os prejudicam

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recebeu ontem a *Agenda Legislativa para as Relações de Trabalho*, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O documento foi recebido pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), e por Fátima Bezerra (PT-RN).

O senador saudou a produção da cartilha e alertou para os riscos aos trabalhadores com o tratamento de temas relevantes no Legislativo.

O documento é um ins-

trumento que apresenta os principais projetos de lei em debate no Congresso Nacional, como o da terceirização (PLC 30/2015), dando insumos para os trabalhadores monitorarem as políticas e projetos de seu interesse. Terceirização, redução da maioria penal, regime de partilha do pré-sal e outros importantes projetos sobre o direito trabalhista são divulgados pela cartilha.

Fátima lamentou o ocorrido na Câmara e reiterou o apoio aos pleitos dos trabalhadores.

— Em nome da bancada

do PT, manifestamos nossa solidariedade e todo o apoio a essa agenda de lutas em defesa dos trabalhadores — afirmou a senadora.

Segundo a secretária de Relações de Trabalho da CUT, Graça Costa, a agenda seria lançada no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, mas o evento acabou cancelado.

— Isso atenta contra a democracia pela qual tanto lutamos, e os deputados federais ajudaram a definir na Constituinte [a Câmara] como Casa do Povo — criticou a sindicalista.

## Aposentados do Aerus pedem votação de projeto

Cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social estão sem receber benefícios, desde março. Por isso, ontem, representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da CUT (Fentac) pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que seja votado o projeto que libera R\$ 368,26 milhões do Orçamento da União ao Ministério da Previdência Social para cumprimento de sentença judicial a favor do pagamento.

— Entendemos o momento do país, mas não é justo. É uma decisão judicial — lamentou Graziella Baggio, da Fentac.

O Aerus é o fundo de pensão dos ex-empregados da Varig

e Transbrasil. O projeto (PLN 2/2015) constava da pauta da sessão do Congresso de ontem, encerrada por falta de quórum para votação.

Renan explicou que as sessões não têm, efetivamente, acontecido, há alguns meses, porque não há consenso entre os parlamentares em relação à pauta, ocupada por vetos polêmicos. O presidente do Senado se propôs a intermediar com o Executivo o envio de uma medida provisória para liberação do dinheiro.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que “não é esse o dinheiro que falta na caixa”.

— Esse dinheiro, por decisão da Justiça e do próprio Executivo, está à disposição, só tem que legalizar votando o PLN

2/2015 — disse o senador.

Representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) pediram a manutenção de regulamento do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a segurança do trabalho em máquinas e equipamentos (Norma Regulamentadora 12) e consequente rejeição do projeto de decreto legislativo de Douglas Cintra (PTB-PE) que suspende a aplicação da norma (PDS 43/2015).

O presidente da UGT, Ricardo Patah, pediu que, durante a votação de projeto que trata da terceirização (PLC 30/2015), os senadores regulem apenas a atividade para os terceirizados já existentes, sem expansão da modalidade de trabalho para a atividade-fim.

## Parlasul remarca reunião para quarta-feira

A reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul que seria realizada ontem foi cancelada por falta de quórum. O colegiado volta a se reunir na próxima quarta-feira, às 14h30. Na pauta, está o Requerimento 3/2015, que solicita audiência pública

conjunta com a Subcomissão de Comércio Exterior para esclarecer erros de tradução em tratados comerciais e debater, em especial, os firmados pelo Mercosul e países africanos.

Também está na pauta o PLS 35/2010, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que concede isen-

ção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos para uso exclusivo na agricultura. O benefício valeria para agricultores e cooperativas agrícolas. O parecer do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) é pela rejeição.

## Por causa da troca do carpete do Plenário, sessão e visita são canceladas

Devido à troca do carpete do Plenário do Senado, as sessões de hoje à tarde e de amanhã foram canceladas. Pelo mesmo motivo, a visita ao Congresso Nacional ficará suspensa de amanhã até segunda-feira.

A substituição dos carpetes vem sendo feita por etapas. Nos dois últimos finais de semana, foram trocadas as coberturas do piso das galerias e do cafezinho. Neste final de semana, será a vez do Plenário.

Os carpetes do Plenário não eram trocados havia mais de dez anos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que a troca é uma solicitação antiga dos senadores, que reclamam dos problemas respiratórios causados pela poeira e pelos ácaros.

Quanto à visita, ela será retomada na terça-feira. Entre terça e quinta, no entanto, as

visitas se darão apenas por agendamento.

Recentemente, o Programa de Visitação do Congresso Nacional recebeu a classificação máxima — três estrelas — do *Guia Michelin* na categoria Atrações Turísticas — lugares para ver e o que fazer. Também obteve certificação de excelência do site TripAdvisor.

O Congresso Nacional recebeu recorde de visitantes em julho. Foram mais de 16 mil pessoas — crescimento de mais de 20% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Mais informações sobre a visita podem ser obtidas na página do Senado na internet, pelo e-mail [visite@senado.gov.br](mailto:visite@senado.gov.br) ou pelos telefones (61) 3303-4671 e 3303-1581, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, domingos e feriados, o atendimento é pelo telefone (61) 3216-1768, das 9h30 às 17h.



Turistas conhecem o Congresso: visita fica suspensa até segunda-feira

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Assistência técnica rural**  
8h Aposição do retrato de Benedito de Lira na galeria de ex-presidentes da comissão. Após, audiência interativa debate implementação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- CPI DO CARE Depoimentos**  
9h A comissão ouve Meigan Sack Rodrigues, Edson Pereira Rodrigues, Flávio Rogério da Silva e Hugo Rodrigues Borges.
- CMO Orçamento de 2016**  
9h A comissão mista se reúne para discutir a Lei Orçamentária de 2016.
- CRE Embaixadores**  
9h Audiência pública para sabatina de Raymundo Santos Rocha Magno e Breno de Souza Brasil Dias da Costa, indicados para cargos de embaixador do Brasil na Bolívia e em Honduras, respectivamente.

- CAE Energia no turismo rural**  
10h Audiência interativa sobre o PLS 46/2012, que dá a estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia equivalente à classe rural.
- CPI DO FUTEBOL Andrew Jennings**  
10h15 Audiência pública interativa com o jornalista da BBC Andrew Jennings, autor dos livros *Jogo Sujo* e *Um Jogo Cada Vez Mais Sujo*, sobre corrupção no futebol.
- PRESIDÊNCIA Embaixador na China**  
11h30 Renan Calheiros recebe o embaixador do Brasil na China, Roberto Jaguaribe. Em seguida, sessão deliberativa extraordinária. Às 12h, recebe presidente da Abert e diretor do SBT Brasília.
- PLENÁRIO Sessão extraordinária**  
11h30 Sessão deliberativa extraordinária.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Senado aprova Marcelo Navarro para o STJ

Em sabatina ontem, magistrado defendeu o uso da delação premiada, da mediação e da arbitragem e negou qualquer relação com investigados na Operação Lava-Jato

COM 65 VOTOS favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção, o Plenário do Senado aprovou ontem à tarde a indicação do desembargador federal Marcelo Navarro para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Indicado pela presidente Dilma Rousseff, Navarro — atual presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região — vai ocupar a vaga destinada a juízes dos tribunais regionais federais decorrente da aposentadoria do ministro Ari Pargendler.

Ontem pela manhã, antes da votação em Plenário, o magistrado havia sido sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou a indicação para o cargo de ministro.

Durante a sabatina na CCJ, Navarro defendeu o uso da delação premiada. Para ele, o método é um instrumento moderno e necessário ao combate ao crime organizado.

## Lava-Jato

Questionado durante a sabatina sobre suposto envolvimento com Marcelo Odebrecht, dono da construtora Odebrecht, o desembargador negou qualquer relação com o executivo, que é investigado pela Operação Lava-Jato, responsável pela apuração do pagamento de propina a políticos e diretores da Petrobras.

Esse questionamento foi levantado por José Medeiros (PPS-MT), que não só indagou sobre a existência de envolvimento com a Odebrecht, mas também sobre uma eventual “troca de favores” para sua indicação ao STJ. Isso porque, na lista tríplice de indicados enviada para escolha da presidente Dilma Rousseff, Navarro ocupava a segunda



Navarro é sabatinado na CCJ, presidida pelo senador José Maranhão: para desembargador, é preciso criar uma cultura de solução de conflitos que fuja do litígio

colocação.

O senador pediu explicações sobre o fato e sobre a hipótese de ele se declarar impedido, futuramente, ao julgar ações no STJ relativas à Lava-Jato. O tribunal é responsável pelo julgamento de recursos sobre a legalidade do uso da delação premiada na investigação.

— A especulação não tem procedência. Não tenho relação com ninguém da Operação Lava-Jato. Daí, não tenho nenhum impedimento ou suspeição para julgar esse caso — contestou o juiz.

O indicado para o STJ também sustentou não ter “significação” o fato de não ter sido o primeiro nome na lista tríplice submetida a Dilma.

— O último ministro escolhido para o STJ era o terceiro da lista — comentou.

Após desmentir a suspeita, Navarro avaliou, a pedido de Aécio Neves (PSDB-MG), o uso da delação premiada, instituída pela Lei 12.850/2013, como instrumento de combate ao crime organizado.

— É positiva por incorporar

um instrumento moderno e necessário ao combate ao crime organizado. Mas é preciso que a colaboração seja corroborada por outras provas robustas para embasar a condenação — ponderou o magistrado.

Momentos antes, Benedito de Lira (PP-AL) havia pedido sua opinião sobre o uso de prova ilícita para enfrentamento da corrupção. Navarro se posicionou contra o uso desse artifício.

— A vedação constitucional é de caráter rígido sobre esse ponto — sustentou.

## Elogios

Vários senadores elogiaram a conduta e o currículo de Marcelo Navarro. Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou que o indicado foi aprovado na CCJ por unanimidade e afirmou que o STJ vai ganhar um membro “comprometido com a Justiça e com o país”.

José Agripino (DEM-RN) afirmou que o desembargador tem isenção, competência e caráter

para exercer o cargo.

— O doutor Marcelo é legalista por excelência. Ele se posiciona ao lado do bom direito. Sempre se pauta em cima de critérios republicanos e da legalidade — disse o senador.

Sobre a suspeita de manobra para indicação de Navarro ao STJ, Agripino disse ter “confiança robusta” na atuação profissional do magistrado e assegurou que ele não se envolveria nesse tipo de acordo “mesmo que fosse para ser rei do universo”.

A conduta do juiz também foi elogiada por Eduardo Amorim (PSC-SE) e Fátima Bezerra (PT-RN), cabendo à senadora relatar a indicação ao STJ.

— Não tenho dúvida de que Vossa Excelência continuará a seguir os passos de seu pai [Múcio Vilar], que foi procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte e teve carreira brilhante, competente e honrada — declarou Fátima.

Por fim, Alvaro Dias (PSDB-PR) indagou Navarro sobre o uso dos mecanismos da mediação, conciliação e arbitragem para acelerar o andamento de processos no Judiciário. Na visão do juiz federal, é preciso criar uma cultura de solução de conflitos que fuja do litígio.

— O estudante de direito é preparado para o duelo, para a disputa, não é formado para atingir o melhor acordo. Essa cultura precisa se formar e surgir ainda nas faculdades — observou.

## Currículo

Navarro iniciou a carreira como advogado. No Rio Grande do Norte, foi procurador e chefe do setor jurídico do Serviço Social da Indústria (Sesi), procurador-geral da assembleia legislativa, promotor de justiça e procurador-chefe da Procuradoria da República no estado. Tomou posse como juiz federal em 2003 e atualmente preside o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede no Recife.

## Comissão vai sabatinar indicados a diretorias do Dnit

As indicações dos nomes de Valter Casimiro Silveira, Luiz Antônio Ehret Garcia e Gustavo Adolfo Andrade de Sá para diretorias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) estão em análise na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Os relatórios das designações foram lidos ontem e os indicados poderão ser sabatinados na próxima semana.

Os relatores confirmam que os indicados atendem todas as exigências legais. Após as sabinas, os nomes serão submetidos a votação

secreta pelos senadores do colegiado, seguindo então para deliberação final em Plenário.

Wellington Fagundes (PR-MT) foi o relator da indicação de Valter Silveira para o cargo de diretor-geral da autarquia. Servidor de carreira do Dnit desde 2006, Silveira foi coordenador de Obras Hidroviárias, coordenador-geral de Portos Marítimos e diretor de Infraestrutura Aquaviária.

Antes de ingressar no Dnit, exerceu cargos de chefia no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e no

Ministério da Previdência Social. É bacharel em ciências contábeis e cursou MBA em administração financeira.

Luiz Antônio Garcia foi indicado diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit, cargo que ocupa temporariamente. É servidor de carreira, tendo sido chefe do Serviço de Engenharia da Superintendência Regional de Mato Grosso e superintendente regional dessa divisão.

Engenheiro civil, tem mestrado em sistemas de gestão e especialização em gestão de empreendimentos da construção civil e trabalhou

em diversas empresas do setor. O relatório da indicação, elaborado por Vicentinho Alves (PR-TO), foi lido por Wellington Fagundes.

A indicação de Gustavo de Sá para o cargo de diretor-executivo do Dnit teve como relator Walter Pinheiro (PT-BA) e o voto foi lido ontem por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Graduado em engenharia civil, o indicado ingressou em 1984 no antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Dnit, tendo exercido diversos cargos de chefia.

## Nome para o CNJ deve ser ouvido semana que vem

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá sabatinar na próxima semana o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2015-2017.

Ontem, Antonio Anastasia (PSDB-MG) leu o relatório da indicação. Em seguida, foi concedida vista coletiva, procedimento de praxe na comissão. Levenhagen foi indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

# União pode ter de assumir piso salarial do professor

Projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça transfere para o governo federal a responsabilidade pelo pagamento dos salários dos docentes que atuam na educação básica pública

DIANTE DA ALEGADA incapacidade financeira de estados e municípios, o piso salarial nacional dos professores da educação básica da rede pública poderá passar a ser pago pelo governo federal. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que estabelece a transferência dessa responsabilidade para a União.

“Se o governo não pode pagar, não adianta demitir o prefeito ou governador, porque não será possível ‘demitir’ a aritmética financeira da prefeitura ou do estado. E não há mais espaço para elevar impostos. A única saída para não jogar a conta sobre os cérebros das crianças é jogá-la sobre as finanças do governo federal”, diz o senador na justificativa do PLS 155/2013.

O relator do texto, José Maranhão (PMDB-PB), acredita que o autor está certo ao buscar o deslocamento desse encargo



Jogar a conta para o governo federal é a única saída, argumenta Cristovam

para a União. Para Maranhão, a intenção do projeto é “conferir eficácia” ao dispositivo da Constituição que estabelece um piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica:

— Esse comando não pode ser condenado à inefetividade por conta da miopia de alguns governantes, que direcionam recursos públicos a áreas não prioritárias, ou pela penúria do erário estadual ou municipal,

onerado por situação econômica desfavorável e descontrole das contas públicas.

Pelo texto, o piso deverá ser pago diretamente pela União a todo professor da educação básica pública. O projeto institui como pré-requisito a seleção prévia dos docentes segundo critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação 60 dias após o início da vigência da lei.

A proposta segue à Comissão de Educação e Cultura (CE).

## Reunião de pais justifica falta a trabalho, prevê texto

Proposta aprovada na Comissão de Direitos Humanos (CDH) permite que o empregado falte ao trabalho por um dia a cada seis meses para participar de reuniões escolares de filhos ou enteados.

O substitutivo ao PLS 620/2011, de Lídice da Mata (PSB-BA), também libera o trabalhador por sete dias por motivo de doença ou deficiência de pais, filhos ou cônjuge, desde que haja compensação.

Para o relator, João Capiberibe (PSB-AP), a presença dos pais em momentos decisivos como a vida escolar e em casos de doença é indispensável.

— A presença deles garante a manutenção do vínculo familiar e transmite segurança aos filhos, oferecendo suporte emocional e o conforto psicológico indispensável à pronta recuperação da saúde e ao mais pleno desenvolvimento educacional — disse.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a presença dos pais nas escolas beneficia o país.

— Vão falar que os empresários vão ser sacrificados. Coisa nenhuma. A ida desses pais à escola vai trazer uma vantagem tão grande para o Brasil inteiro, pela educação das crianças, que os empresários também se beneficiarão — disse.

A proposta segue para as Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

## Proposta protege gestante de atividade insalubre

Gestantes e mães que estejam amamentando poderão ter o direito de se afastar dos locais ou atividades para as quais são contratadas, se forem insalubres, sem perder o adicional a que fazem jus. É o que prevê projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que segue para análise do Plenário.

— Determinados dispositivos, embora criem certa onerosidade para a mão de obra, são assimilados por todos não porque beneficiam a mulher, mas porque repercutem em todo o ambiente familiar, o qual, registre-se, deve ser assumido indistintamente por homens e mulheres — disse a relatora, Ângela Portela (PT-RR).

O PLC 76/2014, do deputado Sandes Junior (PP-GO), garante à trabalhadora o exercício de

suas funções em local saudável durante esse período. O texto é explícito quando exige a manutenção dos adicionais de insalubridade. A intenção, afirmou Ângela, é evitar que, para não comprometer a renda, a funcionária deixe de se afastar e acabe expondo sua saúde e a do bebê.

Também foram aprovados

três requerimentos de audiência apresentados por Ângela. O primeiro convida a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, para apresentar programas da pasta. O segundo propõe debate sobre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o terceiro é para discutir o câncer de colo de útero.



Projeto relatado por Ângela na Comissão de Assuntos Sociais mantém adicional

## Projeto permite deduzir do IR doação a entidade assistencial

Despesas com doações a entidades filantrópicas e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) que promovam a assistência social poderão ser deduzidas do Imposto de Renda. É o objetivo de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Hoje, a pessoa física só pode abater do IR as doações feitas aos fundos estatais para crianças e adolescentes, ligados a cultura e esporte. Enquanto isso, é permitido à pessoa jurídica descontar doações feitas a entidades filantrópicas que cuidam de diversos setores. Para o autor do projeto (PLS 177/2010), o ex-senador Sérgio Zambiasi, “não há razão para que as pessoas jurídicas gozem do benefício de poder deduzir o que doam diretamente a entidades que tratam dos mais diversos setores de vulneráveis, enquanto as pessoas físicas não podem fazê-lo”.

Atualmente a lei delimita em 6% a dedução do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual das contribuições feitas a projetos culturais previstos no Programa Nacional de Apoio à Cultura e os investimentos em atividades audiovisuais. O projeto de Zambiasi acrescenta a esse limite as doações feitas a entidades como as santas casas de misericórdia — que promovem assistência gratuita à saúde — ou outras que têm por finalidade a promoção da assistência social, a promoção gratuita da educação ou a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Segundo o relator da proposta, senador Roberto Rocha (PSB-MA), a norma vai valorizar os doadores pessoas físicas, “que poderão contribuir com a sociedade do modo como lhes indicar o coração”.

Ele apresentou emendas de redação para adequar números dos incisos, já que outras leis correlatas foram aprovadas durante o processo de discussão do projeto.

## Vai a Plenário criação de cargos efetivos e comissionados no TSE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 69/2015) que cria cargos efetivos, em comissão e também funções comissionadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), e segue para votação pelo Plenário.

O PLC 69/2015 pretende solucionar déficit no quadro de pessoal do TSE, que apresenta a menor relação entre servidores em funções ou cargos comissionados entre os tribunais superiores. Assim, prevê a abertura de 118 cargos efetivos, dos quais 110 para

analista judiciário e 8 para técnico judiciário. A proposta estabelece ainda a criação de 382 funções comissionadas e mais 44 cargos em comissão.

Na justificativa do projeto, o ministro Dias Toffoli, que preside o TSE, afirma que, independentemente de ser ano eleitoral ou não, a “demanda processual” tem aumentado ao longo dos anos devido à elevação no quantitativo de candidaturas, à biometria, à coordenação e ao planejamento das eleições, à prestação de contas e ao aumento do eleitorado.

O senador Raimundo Lira (PMDB-PB) considerou a proposta oportuna.

## TST deve abrir 270 vagas de analista e 54 de assessor

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) poderá contratar 270 analistas judiciários e preencher 54 funções comissionadas no cargo de assessor de ministro. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara 100/2015, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que também extingue 119 vagas de técnicos e auxiliares judiciários, segue em regime de urgência para o Plenário.

O TST alega que há um déficit de 18% no quadro de analistas, além dos assesso-

res de ministros, enquanto o número de processos a serem analisados tem crescido muito — especialmente após a aprovação, em 2004, de uma proposta de emenda constitucional que ampliou as atribuições do tribunal.

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator na comissão, defendeu a aprovação do projeto. Ele lembrou que a implementação do processamento eletrônico das ações julgadas depende, segundo o tribunal, dessa ampliação do quadro de pessoal.

# Votação de vetos fica para a próxima semana

Sessão do Congresso foi encerrada ontem por falta de quórum. Parlamentares acusaram base aliada de manobrar para que número mínimo de presenças não fosse alcançado

A PRESSÃO DOS servidores do Judiciário, que compareceram em massa à Câmara e ao Senado, não surtiu efeito. O veto da presidente Dilma Rousseff ao reajuste salarial da categoria não foi analisado na sessão de ontem do Congresso. Os trabalhos foram encerrados pelo deputado Waldir Maranhão (PP-MA) por falta de quórum, depois de pouco mais de uma hora de reunião marcada por bate-boca entre os congressistas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou para quarta-feira nova sessão para analisar os vetos.

Alguns parlamentares acusaram a base aliada do governo de ter manobrado a fim de que o número mínimo de 257 deputados e 41 senadores não fosse alcançado e a votação não fosse iniciada.

— Há mais de seis meses o Congresso não se reúne. E mais uma vez estão tentando impedir a realização da ordem do dia. O governo tem medo de enfrentar a maioria — afirmou o deputado Caio Nárício (PSDB-MG).

O deputado Rocha (PSDB-



Sessão de ontem do Congresso: vetos ao reajuste do Judiciário e ao fim do fator previdenciário continuam na pauta

AC) reclamou da ausência dos parlamentares petistas, e o colega de partido, Domingos Sávio (PSDB-MG), disse que a sociedade precisava saber separar “o joio do trigo”, reconhecendo quem estava se escondendo e quem queria cumprir seu dever:

— Não é justo mentir e trair seus compromissos com os servidores públicos — alertou.

Um dos poucos governistas a falar, o deputado Carlos Zarrattini (PT-SP) lembrou que o governo não pode aumentar a despesa neste momento de crise econômica. Ele disse ainda que muitos defensores do reajuste querem na verdade prejudicar a administração da presidente Dilma:

— Muitos querem derrubar o veto porque querem o fracasso das políticas da presidente.

O primeiro item da pauta de ontem era o Projeto de Resolução (PRN) 3/2105, que amplia de 10 para 16 o número de relatorias setoriais do projeto de Lei Orçamentária Anual. Em seguida vinham 26 vetos e outros 3 projetos de lei. A sequência das proposições irritou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que

alegrou que os vetos deveriam ser analisados primeiro:

— Esse projeto de resolução é apenas o bode na sala para não deixarmos votar os vetos — reclamou, depois de alegar que houve parlamentares que se manifestaram sem ter nem sequer registrado presença no painel.

## Questões polêmicas

O veto ao reajuste do Judiciário não era a única dor de cabeça do governo na pauta do Congresso. Também estão na fila para serem analisados o fim do fator previdenciário (VET 19/2015) e o aumento real para aposentados e pensionistas (VET 29/2015).

Com o encerramento da sessão, também ficou pendente o PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões do Orçamento ao Ministério da Previdência Social para garantir o pagamento de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig (e suas empresas filiais) e Transbrasil.

## Eleitos presidentes e relatores de 4 comissões de MPs

Quatro comissões destinadas a analisar medidas provisórias foram instaladas ontem. O colegiado que vai analisar a MP 684/2015 elegeu o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) como presidente e o deputado Antônio Brito (PTB-BA) como vice. O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) será o relator e a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a relatora-revisora.

A medida altera o prazo para entrada em vigor da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O regime jurídico deveria começar a valer em julho. Com a MP, o prazo foi prorrogado para janeiro de 2016.

Outra comissão instalada vai analisar a MP 685/2015. O presidente será o deputado Gabriel Guimarães (PT-MG) e o vice, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi eleito relator

e o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), relator-revisor.

A MP institui o Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit). Dispõe também sobre a obrigação de o contribuinte informar à Receita Federal, por meio de declaração a ser regulamentada, as operações que envolvam atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo. A MP ainda autoriza o Executivo a atualizar monetariamente, na forma do regulamento, o valor de diversas taxas.

### Cinema e energia

A comissão que vai analisar a MP 687/2015 também foi instalada. O senador Hélio José (PSD-DF) foi eleito presidente e o deputado Ságuas Moraes (PT-MT), vice. O relator será o deputado Afonso Motta (PDT-RS). A senadora Ângela Portela (PT-RR) ficou como relatora-revisora.

A medida estabelece que os valores da Contribuição

para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) poderão ser atualizados monetariamente pelo Executivo. A MP ainda altera as taxas processuais de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), entre outras medidas.

Na comissão da MP 688/2015, o deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) ficou com a presidência e o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) foi eleito vice. O relator será Eunício Oliveira (PMDB-CE) e o relator-revisor, o deputado Givaldo Vieira (PT-ES).

A medida trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica e busca dar amparo legal à repactuação com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ainda viabiliza a licitação com cobrança de bonificação pela outorga de empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

## Aprovadas novas regras sobre comércio on-line e endividamento

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Dos 27 projetos relativos ao tema que tramitavam em conjunto, o relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), recomendou a aprovação, na forma de substitutivo, de dois deles: o PLS 281/2012, que regulamenta o comércio eletrônico, e o PLS 283/2012, que cuida da prevenção ao superendividamento. As duas propostas foram apresentadas pelo então presidente do Senado, José Sarney.

Ferraço chamou a atenção, no parecer, para o esforço em reforçar a proteção administrativa concedida pelo CDC, por meio de norma para fortalecimento dos Procons. Também foram alvo da preocupação do senador a regulamentação da oferta e da publicidade infantil e o consumo sustentável. Cuidou ainda de atualizar as regras que regem o comércio internacional, especialmente as que dão cobertura às compras via internet.

“Não houve como desconhecer a nova dimensão internacional do consumo, sob pena de não preparar o CDC e a legislação brasileira para os próximos anos e para os grandes eventos desportivos

que resultarão no aumento do turismo no Brasil”, observa ele no relatório.

Segundo Ferraço, uma das medidas importantes sobre o comércio eletrônico se relaciona ao direito de arrependimento do consumidor. Com vistas à cobertura de serviços prestados ou custos de operação, o substitutivo ao PLS 281 obriga o cliente a arcar com o pagamento de tarifas por desistência do negócio, desde que previstas no contrato.

### Dívidas

Uma das mudanças feitas pelo substitutivo ao PLS 283 foi estabelecer que a fase conciliatória e preventiva do processo de repactuação de dívidas compete concorrentemente aos órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Ministério Público, Defensoria Pública e Procons).

“Essa alteração foi realizada para deixar clara a intenção do legislador de priorizar métodos alternativos de solução de conflitos. É importante tanto para os devedores quanto para os credores, pois delimita quais as dívidas que podem ser repactuadas e também o prazo para o consumidor pleitear nova repactuação”, explica Ferraço.

### Composição

MP	PRESIDENTE	VICE	RELATOR	REVISOR
684/2015	Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	Deputado Antônio Brito (PTB-BA)	Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
685/2015	Deputado Gabriel Guimarães (PT-MG)	Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)
687/2015	Senador Hélio José (PSD-DF)	Deputado Ságuas Moraes (PT-MT)	Deputado Afonso Motta (PDT-RS)	Senadora Ângela Portela (PT-RR)
688/2015	Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC)	Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	Deputado Givaldo Vieira (PT-ES)

Renan Calheiros cobra ampla reforma do Estado em solenidade que instituiu grupo de especialistas para criar projetos que agilizem a administração pública do país

# Instalada a comissão de desburocratização

AGENDA BRASIL

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que, em resposta à crise econômica, o governo deve abandonar o “mantra obsessivo” em medidas que envolvam a criação de “mais e piores impostos”. A seu ver, a solução é partir para a ampla reforma do Estado, com redução de ministérios, cargos comissionados e revisão de contratos:

— Agora é a hora da verdade. O governo não cabe mais no PIB e precisa reavaliar todos seus programas e conferir uma prioridade real àqueles que devam ser mantidos.

Renan abordou a crise na solenidade de instalação da comissão de especialistas criada pelo Senado para cuidar da elaboração de anteprojetos visando desburocratizar a administração pública brasileira. Sugerida por Blairo Maggi (PR-MT), a comissão deve atuar para melhorar, simplificar e modernizar o tratamento dado às empresas e aos cidadãos nos balcões do serviço público.

O presidente disse que o Senado vem reagindo aos desafios desde a crise de 2013, quando “as ruas chacoalharam as instituições”. Segundo Renan, a Casa fez sua parte e aprovou, em 20 dias, 40 projetos cobrados pela sociedade.

Diante da crise econômica de agora, lembrou que, após



Na cerimônia, foram apresentados os 16 juristas integrantes da comissão, que tem 180 dias para concluir os trabalhos

ouvir amplos segmentos e firmar entendimentos com a Câmara, foi lançada a Agenda Brasil. Observou que a pauta envolve 28 propostas, em três eixos, com potencial para reaquecer a economia, melhorar o ambiente de negócios e trazer confiança ao país.

— O Congresso se propõe a ser o facilitador dessa busca por soluções — reafirmou, assinalando que cabe ao governo efetivar as medidas aprovadas.

Quando à nova comissão, Renan disse que uma das tarefas será rever a legislação sobre os processos administrativos, inclusive o fiscal, de modo a reduzir o padrão contencioso vigente. Também espera contribuições ao projeto do Registro Nacional Civil, apresentado ao Congresso pelo governo,

para integrar informações dos principais documentos usados pelos brasileiros, como CPF, RG e título de eleitor.

— Queremos simplificar as exigências deste imenso cartório chamado Brasil e propor outras ideias para descomplicar o país.

## Pacto nacional

Blairo Maggi também manifestou preocupação com a crise. Destacou a inflação e desemprego, a falência do modelo de educação e o colapso da saúde, entre outros problemas que estariam trazendo desesperança e tirando a fé dos brasileiros. Para ele, a situação exige um grande pacto nacional e desafiou o Senado a estimular o processo. Citou as já muito debatidas reformas

tributária, fiscal e previdenciária, mas sem ações concretas, e defendeu uma reforma administrativa, com enxugamento da máquina pública.

— Essa semana ficou demonstrado que as contas do Brasil não cabem dentro do seu orçamento — assinalou.

Blairo frisou ainda a importância de medidas desburocratizantes, o que lhe motivou a propor a criação da comissão de especialistas, composta de 16 membros, em sua maioria magistrados. Foi indicado presidente o ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça. O relator será o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal. Blairo disse que os nomeados estão assumindo grande responsabilidade.

— É imprescindível que a comissão envolva a sociedade civil organizada, que ouça as entidades e instituições dos mais diversos segmentos dos negócios, que tenham a sensibilidade para entender as dificuldades que travam o processo de desenvolvimento e que dificultam a vida do cidadão comum — declarou.

Campbell afirmou que a comissão pode ajudar no equationamento de “anomalias” antigas, ainda sem a devida atenção. Observou que a influência do patrimonialismo e do personalismo na formação do Estado brasileiro motivou a criação de controle da administração na prevenção de “práticas seculares de corrupção e de malversação do erário”. Porém, os controles também assumem padrões irracionais e acabam sendo usados contra o próprio cidadão:

— A desburocratização cumpre propósito de reformular a relação entre administração pública e administrado para que o cidadão, ao interagir com o aparelho estatal, não se sinta no constante dever de comprovar idoneidade e boa-fé no desempenho dos atos mais comezinhos da vida civil.

O ministro revelou em entrevista que a comissão deve examinar as atividades cartoriais. Para ele, mudanças precisam ser feitas, pois o Brasil já não “tolera mais a situação do carimbo pelo carimbo”.

## Texto obriga publicação de dados de dirigentes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo a projeto (PLS 502/2011) de Paulo Paim (PT-RS) que obriga pessoas jurídicas da administração pública indireta federal, como autarquias e fundações, a divulgar nomes, endereços, telefones e e-mails institucionais de conselheiros e dirigentes.

O texto havia sido aprovado em agosto e, como todos os substitutivos, tem que passar

por votação em turno suplementar. Na avaliação de Alvaro Dias (PSDB-PR), que apresentou o texto alternativo, a ocupação de cargos públicos não deve funcionar como “moeda de troca político-partidária”.

“O fornecimento de informações sobre aqueles que exercem essas funções estratégicas na administração dará condições ao controle social sobre essas escolhas, além de ir ao encontro de outro princípio

constitucional, o da publicidade”, afirma no parecer.

A regra vale para todo profissional que exerça funções de direção e chefia, do dirigente máximo até o terceiro nível hierárquico. Paim ressaltou que o texto está amparado nos princípios constitucionais do interesse público, da eficiência e da publicidade.

Se não houver recurso para a votação em Plenário, o texto segue para a Câmara.

## PEC evita prejuízo por revisão de ato administrativo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a PEC 48/2015, que dá mais segurança jurídica aos efeitos positivos gerados por atos administrativos que tenham algum vício jurídico. A matéria, de Vicentinho Alves (PR-MT), será agora analisada pelo Plenário em dois turnos.

Atos administrativos são as decisões do Estado que não sejam leis, decisões da administração pública que criam, resguardam, transferem, mu-

dam ou extinguem direitos. São exemplos os decretos presidenciais, as portarias de agências reguladoras, as certidões de registro civil e as multas de trânsito.

A PEC garante a validação, após cinco anos, de qualquer ato administrativo benéfico com imperfeição jurídica na formulação. A regra não vale caso haja comprovada má-fé no vício identificado. A intenção é evitar que cidadãos sejam prejudicados nas expectativas

e garantias anos depois da obtenção delas, a partir de algum novo entendimento administrativo ou jurídico.

Segundo Vicentinho, a convalidação dos atos sob essas condições é prática embasada por decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Lei do Processo Administrativo já traz dispositivo semelhante.

O relator da PEC na CCJ, Valdir Raupp (PMDB-RO), se manifestou a favor da aprovação.

## CPI debate violência contra os jovens no estado do Amazonas

A CPI do Assassinato de Jovens faz amanhã, às 9h, audiência sobre políticas públicas de combate à violência contra jovens no Amazonas. No requerimento para o debate, Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que, nas três semanas anteriores ao pedido, cerca de 60 assassinatos foram cometidos em Manaus.

“No primeiro final de semana, 35 homicídios foram registrados, sendo 24 de jovens, e 2 não identificados. Diante da gravidade de tais eventos, solicitamos que esta comissão organize uma audiência pública em Manaus para analisar o tema”, justifica o senador.

Lindbergh Farias ainda destacou, na justificativa, que é imperioso que a comissão apure os fatos, com o objetivo de “nutrir os órgãos de responsabilidade civil ou criminal de material suficiente para a efetiva investigação, assim como especialistas e pesquisadores da sociedade civil, para que

possam desenvolver os seus estudos”.

Foram convidados para o debate representantes da Secretaria Estadual de Segurança Pública, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, das Polícias Militar e Civil do estado, da Procuradoria-Geral de Justiça e da Defensoria Pública do Amazonas, da Comissão dos Direitos Humanos da OAB amazonense, da Cáritas Arquidiocesana de Manaus, da Pastoral da Juventude e do Conselho Estadual de Juventude.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

SEXTA-FEIRA, às 9h

#### ► Envie sua pergunta ou sugestão:

• <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• Alô Senado: 0800 612211

#### ► Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ► Facebook: senadofederal

► Twitter: @agencia\_senado

► TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

#### ► Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoAgricultura>

# Avança órgão independente de fiscalização

Instituição Fiscal deve auxiliar Congresso a acompanhar gastos públicos e impacto financeiro de projetos de lei. Proposta foi aprovada ontem pela CCJ e segue ao Plenário

## AGENDA BRASIL

A CRIAÇÃO DA Instituição Fiscal Independente (IFI), para auxiliar o Legislativo a avaliar a política fiscal do país, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A medida consta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 83/2015, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O texto integra a Agenda Brasil e agora segue para análise do Plenário, com dois turnos de votação.

O objetivo da IFI é dar subsídios ao Legislativo para analisar os gastos públicos e o endividamento, além de calcular o impacto de todo projeto de lei que crie custos para o poder público.

O relator, José Serra (PSDB-SP), sugeriu modificações ao texto original, em um substitutivo. Entre elas, a alteração do nome de Autoridade Fiscal para Instituição Fiscal, além da previ-

são de que ela seja comandada por um conselho, e não por um diretor apenas. Serra destacou que o novo órgão não terá poder normativo, de fiscalização, de punição ou de controle, como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União.

A IFI terá conselho diretor com 3 membros, 5 assessores técnicos e um quadro de até 50 funcionários exclusivos, que poderá ser formado, até 40%, por servidores efetivos da Câmara e do Senado.

Segundo Serra, existem entidades como a IFI em 29 países, sendo que 16 foram criadas após a crise econômica mundial de 2008. Em todos eles, as entidades têm papel de acompanhamento e divulgação de estimativas de evolução das variáveis fiscais, assim como a IFI.

— Por que ter uma instituição desse nível com esse grau de independência? Porque nós precisamos fazer uma verdadeira revolução no Brasil em matéria



Texto aprovado em comissão é a versão com sugestões do relator, José Serra

de informação. A informação é chave no que se refere à orientação da política fiscal. E hoje não se consegue ter as informações precisas, no tempo hábil e com a independência necessária — disse Serra.

### Direção

Outra modificação do relator, a partir de emendas recebidas, foi o mandato de seis anos para os três integrantes do Conselho Diretor, sem direito a recon-

dução. Será um diretor-geral indicado pelo presidente do Congresso, um pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e um pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O texto original previa um diretor-geral com mandato de três anos, passível de recondução.

Emenda de Walter Pinheiro (PT-BA) acatada por Serra prevê ainda a defasagem dos mandatos das primeiras diretorias. No

início, eles teriam dois, quatro e seis anos. Os indicados serão submetidos a arguição pública e precisarão ser aprovados pelo Congresso.

### Retrabalho e crise

Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffman (PT-PR) votaram contra a proposta na CCJ. Para Gleisi, o trabalho da IFI poderá conflitar com o do TCU e de consultorias legislativas, gerando “duplicação de esforços”. Ela sugeriu que o TCU assumira as atribuições da IFI:

— Em vez de criar outra instituição, que a gente reformule o papel do Tribunal de Contas da União. Mudando, por exemplo, a direção da Casa. Ao invés de ministros eleitos e com cargos vitalícios, teríamos técnicos, com mandatos como se sugere aqui.

Já Lindbergh apontou um contrassenso em criar mais um órgão, com mais cargos e mais custo fiscal, justamente num momento de crise.

## Fenabreve apoia Agenda Brasil e defende desburocratização

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem visita do ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, acompanhado de três representantes da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve): o consultor Luiz Antônio Fleury Filho e os vices-presidentes Luiz Romero Farias e Ricardo de Oliveira Lima.

A Fenabreve manifestou apoio à Agenda Brasil — conjunto de propostas em discussão no Senado para a retomada do crescimento — e pediu atenção especial às questões referentes à

desburocratização das relações do Estado com as empresas e os cidadãos.

A comissão especial de senadores criada para discutir a Agenda Brasil fez sua primeira reunião na terça-feira. Já uma comissão de juristas, formada especialmente para examinar medidas de desburocratização, foi instalada ontem.

Durante o encontro, Renan Calheiros também foi convidado a participar do 26º Congresso & Expo Fenabreve, nos dias 15 e 16 de setembro de 2015, para debater a realidade, as tendências e o futuro do setor para o final deste ano e para 2016.

## Indústria da construção pede investimentos em infraestrutura

Em busca de avanços no ambiente de negócios e na infraestrutura, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, fez visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros. De acordo com o presidente da Cbic, as propostas em discussão pelo Senado na Agenda Brasil convergem com o pensamento e as necessidades do setor, que prevê para este ano cerca de 500 mil desempregados.

— A Agenda Brasil é o maior dispositivo para retomada do crescimento econômico e o instrumento para realizar as reformas necessárias para que o Brasil possa superar a crise.

A indústria da construção sugere, entre outros pontos, aperfeiçoar o marco regulatório

das concessões, ampliar investimentos em infraestrutura e favorecer o Programa de Investimentos em Logística (PIL), do governo federal. Também defende a votação de proposta de emenda à Constituição que dá mais rapidez ao licenciamento ambiental para obras previstas no PAC (PEC 65/2012).

Renan Calheiros considerou importante a presença do setor da construção nos debates que ocorrerão em 16 de setembro, no Plenário do Senado, com as presenças dos ex-ministros da Fazenda Delfim Neto, Mailson da Nóbrega e Armínio Fraga.

Também participaram do encontro os senadores Omar Aziz (PSD-AM), Romero Jucá (PMDB-RR) e Eunício Oliveira (PMDB-CE).

## Terras indígenas: ocupantes podem ser indenizados

Os donos de terras que passaram a ser consideradas reservas indígenas poderão passar a ser indenizados pela União. É o objetivo de proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC 71/2011 faz parte da Agenda Brasil, que é prioridade nas votações das próximas sessões do Plenário.

A proposta, de Paulo Bauer (PSDB-SC), estabelece que a União indenize quem possui títulos dominiais em terras declaradas indígenas expedidos até a promulgação da Constituição de 1988. A PEC ainda prevê o pagamento pelas benfeitorias efetuadas sobre o terreno.

O texto traz também medidas para coibir as pretensões de grileiros ou posseiros. Para reivindicar a indenização, o dono do título dominial terá não só de provar a concessão do documento pelo poder público, mas ter sofrido prejuízo com a declaração da terra ocupada

como indígena.

Outra exigência é de que a posse atual seja justa (isto é, não tenha ocorrido de forma violenta, clandestina ou precária) e de boa-fé (o beneficiário do título, ou quem o tenha sucedido, deve provar desconhecer o vício ou obstáculo que impedia a aquisição da terra).

### Emendas

A proposta já havia sido aprovada na CCJ em março, mas recebeu quatro emendas de Plenário e voltou para análise da comissão. Blairo Maggi (PR-MT) apresentou novo texto, incluindo trechos das emendas.

Conforme a nova redação, “a União responderá, nos termos da lei civil, pelos danos causados aos detentores de boa-fé de títulos de domínio regularmente expedidos pelo poder público relativos a áreas declaradas, a qualquer tempo, como tradicionalmente ocupadas pelos índios e homologadas

a partir de 5 de outubro de 2013”.

— Entendemos que até 2013, passados 25 anos da promulgação da Constituição, deu-se tempo mais que suficiente para a conclusão dessas demarcações, motivo pelo qual, após esse prazo, as terras com homologações pendentes devem ser indenizadas, qualquer que seja a época da expedição de seus títulos de domínio, desde que tais títulos tenham sido regularmente expedidos pelo poder público — argumentou Blairo.

### Pagamento

O senador também acatou emenda de Simone Tebet (PMDB-MS) determinando que a indenização aos donos das terras que forem consideradas áreas indígenas seja paga em dinheiro.

Simone, Delcídio Amaral (PT-MS) e Waldemir Moka (PMDB-MS) defenderam a proposta como forma de superar os conflitos entre índios e produtores rurais, que vêm acontecendo com frequência no Brasil, em alguns casos envolvendo muita violência:

— Essa PEC vai permitir que os próximos proprietários de áreas homologadas recebam indenização justa — assinalou a senadora.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi o único senador da CCJ a votar contra a PEC, mas concordou que o debate do tema é urgente.



Maggi defende novo texto com emendas, ao lado de Simone e Moka

# Renan promete rigor na análise do Orçamento

Projeto enviado pelo governo prevê déficit de R\$ 30,5 bilhões em 2016. Segundo presidente do Senado, não cabe aos parlamentares encontrar soluções para esse problema

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o projeto do Orçamento da União de 2016, encaminhado pelo governo na segunda-feira, será submetido a uma “rigorosa apreciação” do Congresso Nacional.

Os senadores e os deputados federais, acrescentou Renan, podem buscar alternativas para superar o déficit de R\$ 30,5 bilhões previsto no Orçamento para o próximo ano, embora, segundo o presidente do Senado, esse não seja um dever do Congresso Nacional.

— O Congresso tem a responsabilidade de apreciar o Orçamento, de qualificar o Orçamento. Se o Congresso encontrar saídas, melhor. Mas o Congresso não tem a responsabilidade — ele apontou.



O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, fala à imprensa após entregar ao Congresso proposta de Orçamento de 2016

Renan disse também que a saída para o déficit das contas públicas não passa pela criação de novos impostos — na semana passada, houve movimentação no governo pela

recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas a medida depois foi descartada.

— O povo brasileiro já não

aguenta elevação da carga [tributária] e aumento de impostos e cobra contrapartida: redução da máquina, corte de ministérios, redução de cargos em comissão. Eu acho que

esse é o primeiro passo que tem que ser dado — avaliou.

O presidente do Senado afirmou que o Congresso precisa ter “bom senso, ponderação e equilíbrio” e evitar aprovar medidas que elevem os gastos públicos.

— Nós precisamos, claro, fazer a reforma do ICMS, do PIS-Cofins e precisamos também atualizar o Supersimples, mas de forma racional, que atenda ao interesse do Brasil — argumentou.

## Reunião

O colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 9h, para discutir a tramitação do Orçamento de 2016 e a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(Com Agência Câmara)

## Para Cássio, projeto é “cheque sem fundos” e deve ser devolvido

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que o projeto do Orçamento enviado pelo governo ao Congresso, com déficit de pelo menos R\$ 30,5 bilhões, é um “cheque sem fundos” e precisa ser devolvido para que o Executivo faça as correções. A saída, para evitar a devolução, seria o governo enviar uma errata ou uma proposta substitutiva, apontou o senador.



Para Cássio, a proposta orçamentária não se sustenta. Ele apontou dois problemas: na mensagem enviada ao Congresso, o governo fala em um déficit de R\$ 21 bilhões, mas os ministros disseram que a cifra é de mais de R\$ 30 bilhões. Segundo o senador, o déficit verdadeiro seria de no mínimo R\$ 60 bilhões.

Outro problema apontado pelo líder do PSDB foi a previsão de pagamento de juros da dívida. Pela proposta enviada, o governo vai gastar com o pagamento desses juros menos em 2016 do que em 2015.

— Não dá para acreditar nisso — afirmou, apontando para o perigo de crescimento da dívida pública em relação ao PIB.

## Pinheiro: governo deve ver além do ajuste e estimular economia

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o governo deve adotar medidas que façam a economia voltar a crescer e não se preocupar apenas em fazer o ajuste fiscal e cobrir os rombos dos cofres públicos.



Para ele, ao fazer o ajuste, o governo deve reconhecer que a estrutura centralizada não deu certo e, por isso, apoiar uma nova pactuação para melhor distribuir o dinheiro arrecadado.

Além disso, acrescentou Pinheiro, a presidente Dilma Rousseff tem que estimular setores da economia para que continuem operando adequadamente neste momento de crise.

— Ninguém toma medicamento para ficar a vida inteira no medicamento. Portanto, qual é a saída? É por isso que nós apostamos no crescimento, em encontrar uma política que possa ter sinergia — disse o senador.

Pinheiro reclamou da falta de diálogo do governo, revelada nesta semana com o envio ao Congresso de uma proposta orçamentária prevendo déficit de R\$ 30 bilhões.

## Dilma tem “notória incapacidade gerencial”, critica Lasier Martins

Lasier Martins (PDT-RS) afirmou que o governo federal é ineficiente, gasta muito e perdeu o controle da economia nacional. Para ele, o governo de Dilma Rousseff tem “notória incapacidade gerencial”, o que ficou provado com o envio da proposta orçamentária ao Congresso com déficit de R\$ 30 bilhões, o que nunca havia ocorrido na história do país.



O senador reclamou da alta carga tributária e dos baixos investimentos em saúde, educação e saneamento básico e disse que o PIB do país diminuiu, a inflação cresce, a indústria se enfraquece, o dólar dispara, o desemprego cresce e os cidadãos se endividam.

Lasier também disse que, enquanto o Brasil tem 23 mil cargos comissionados apenas no Executivo federal, os EUA têm 8 mil, a Alemanha e a França têm 500 e a Inglaterra tem apenas 300. Além disso, acrescentou o senador, há 144 empresas estatais e 132 subsidiárias. Para ele, o governo deve diminuir a máquina pública, cortar gastos e investir com mais eficiência.

— Em vez de aumentar os impostos, o governo deveria cortar custos.

## “Lei orçamentária é previsão, e cenário pode mudar”, diz Vanessa

Ao destacar que pela primeira vez a proposta de Orçamento chega ao Congresso com a previsão de um déficit de R\$ 30 bilhões, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que isso mostra que o Brasil vive um momento delicado.



Ante a queda na arrecadação da União, estados e municípios, disse a senadora, todos eles devem se unir na busca de uma proposta que permita ao país superar a crise.

Vanessa elogiou a atuação do Senado “neste momento difícil” e sugeriu que seja criada uma comissão para propor uma reforma do código tributário nacional.

— Não basta ir atrás de novos recursos. É preciso melhorar a capacidade do Estado de arrecadar recursos, porque os números são escandalosos. Somente no Carf temos um contencioso que se aproxima dos R\$ 700 bilhões e mais de R\$ 1 trilhão compõe o contencioso tributário no Judiciário.

Como o Orçamento é uma previsão, ela explicou que ao longo do ano poderão ocorrer mudanças que aumentem ou reduzam a arrecadação de impostos em relação ao que está estimado no projeto.

## Na visão de Flexa, presidente da República trabalha no improviso

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou os “improvisos” do governo da presidente Dilma Rousseff, que podem ser vistos em medidas que são anunciadas para logo depois serem descartadas. Ele citou a decisão de não pagar a primeira parcela do 13º a aposentados e pensionistas e a proposta de recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).



— Bem ao estilo dilmista, a ideia [da CPMF] vazou antes da hora e gerou as esperadas reações de repúdio por parte de empresários, políticos e contribuintes em geral. Bastaram três dias para que alertassem a presidente do óbvio: a recriação da CPMF seria a pá de cal política em seu já cambaleante governo — afirmou.

Flexa citou também a proposta de Orçamento prevendo um déficit de R\$ 30,5 bilhões, que, “segundo informações divulgadas, pode ser bem maior”.

— Ela anunciou o primeiro Orçamento deficitário da história do Brasil. Falta governo, falta plano de ação do governo. Presidente Dilma, apresente ao Brasil o plano de governo que você sonhou aos brasileiros durante a campanha.

## “Ou se reduz máquina pública, ou problemas seguirão”, avalia Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) desejou ontem sucesso ao governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, na superação da crise financeira do estado. O senador argumentou que determinadas medidas deveriam ter sido tomadas há tempos, diante da já conhecida necessidade de redução da máquina pública, e afirmou que o único jeito de governar é colocando a despesa dentro da receita.



— Não adianta o estado ter 20, 30 secretarias. Precisamos reduzir essa quantidade de 39 ministérios. Hoje não funciona mais assim. Ou os governantes diminuem o tamanho da máquina, o tamanho do Estado, ou nós vamos continuar tendo problemas — disse ele, citando também como excessivos os 39 ministérios da presidente Dilma Rousseff.

O senador rondoniense mencionou o evento realizado na terça-feira passada no qual os governadores do PMDB manifestaram solidariedade ao governador Sartori na busca de um caminho para socorrer o Rio Grande do Sul com apoio do governo federal.

# Obra para segurança pode ter regra flexível

Medida provisória amplia o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para a construção de centros integrados de comando e controle para grandes eventos

O REGIME DIFERENCIADO de Contratações Públicas (RDC) é o melhor modelo para licitar obras na área de segurança, de acordo com representantes do governo, do sistema prisional e de especialistas convidados para debater ontem a Medida Provisória (MP) 678/2015 na comissão mista que analisa a proposta.

A intenção do Executivo, ao editar a medida, foi ampliar o uso do RDC para a construção de centros integrados de comando e controle na atuação em grandes eventos, como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

— Foram construídos 12 grandes centros para a Copa do Mundo de 2014 e o projeto consiste na expansão de 15 novos centros integrados. Nós temos aí a iminência dos Jogos Olímpicos, o nosso prazo é bem exíguo, e o uso do RDC facilitará o nosso trabalho — disse Luiz Alexandre Dominguez, coordenador-geral do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública (Deapseg) do Ministério da Justiça.

O RDC é um regime especial de contratação que aumenta a rapidez das licitações por meio de dispositivos como a inversão de fases, a prioridade no pregão eletrônico e a padronização de editais e contratos.

A modalidade permite a contratação integrada, na qual a empresa vencedora fica responsável pela elaboração e o desenvolvimento dos projetos básicos e executivos e pela execução das obras.



Ao lado do consultor Freitas e do deputado Jovair, Coutinho, do governo de Goiás, fala na audiência da comissão mista que analisa medida que amplia o RDC

Atualmente, o RDC é empregado em obras e serviços do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Sistema Único de Saúde (SUS) e na construção e reforma de presídios, entre outras ações.

## Vantagens

Para Tarcísio Gomes de Freitas, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, as duas maiores vantagens do RDC são celeridade e compartilhamento de riscos.

— É um alento para os gestores porque aumenta a discricionariedade administrativa, proporciona competições mais ágeis, traz contratos baseados em resultados e aumenta a responsabilização. Obra barata é a obra que acaba dentro do prazo — afirmou.

O superintendente de Segu-

rança Prisional de Goiás, João Carvalho Coutinho Júnior, destacou o aumento da população carcerária e a superlotação dos presídios. Ele criticou a atual Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) ao ressaltar que obras de penitenciárias licitadas pelo atual modelo e iniciadas em 2008 só agora começarão a ser entregues.

— Essa medida provisória vai ser o nosso refrigerio, a nossa esperança. Para que a gente consiga ter mais celeridade tanto na contratação quanto na execução de todas as obras que nós precisamos. A reforma na legislação foi defendida pelo secretário-executivo-adjunto do Ministério do Planejamento, Guilherme Estrada Rodrigues.

— A gente não tem uma mensuração correta de qual

é o custo para a população de não ter aquela obra operando. Uma estrada que eu atraso seis meses é um serviço público que não está sendo prestado adequadamente. A sociedade acaba pagando esse custo.

Ele destacou a necessidade de regulamentar os termos de contratação pelo órgão regulador de seguros privados para garantir apólices adequadas para a administração pública e de que a seguradora assuma a responsabilidade pela obra.

Danieli Gugelmin, representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNseg) e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), lembrou que muitos contratos inadimplentes não têm continuidade em razão do

percentual do seguro-garantia, de apenas 5% do valor, que mal consegue cobrir as multas contratuais.

— Uma garantia de 30% num projeto de R\$ 100 milhões garante que o sobrecusto de até 30% seja assumido pela seguradora para dar continuidade à obra — explicou.

A MP 678/2015 recebeu 72 emendas na comissão mista que a analisa e deve emitir parecer sobre a matéria. O relator do colegiado, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), afirmou que deve apresentar um substitutivo.

— Nós vamos incluir também alguns desejos que a sociedade brasileira demonstra e as demandas de deputados e senadores e, com certeza, nós teremos essa discussão bem ampliada.

## Avança texto que cria zona franca na capital do Maranhão

A capital do Maranhão, São Luís, poderá ter uma zona franca. É o que propõe projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Agora, o PLS 319/2015, de Roberto Rocha (PSB-MA), segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto cria em São Luís uma área

de livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, para promover o desenvolvimento econômico e a integração com o parque industrial nacional. As isenções e benefícios serão mantidos pelo prazo de 25 anos.

Ficam isentas do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Pro-

duto Industrializados as mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas à Zona Franca de São Luís, destinadas às empresas autorizadas a operar na área. Roberto Rocha lembra que a Zona Franca de Manaus trouxe “resultados inquestionáveis” para o povo da região amazônica e serviu de exemplo para a formulação de novas políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

Em 1989, foi criada na capital maranhense uma zona de processamento de exportações que nunca foi efetivada. Para Roberto Rocha, a cidade tem as características geográficas mais apropriadas no país para a instalação de uma área de livre comércio, por estar em uma ilha e pela estrutura portuária.

Hélio José (PSD-DF), que leu o relatório de Davi Alcolumbre (DEM-AP) na reunião, elogiou o projeto.

— Apesar das inegáveis potencialidades de sua economia, como é o caso dos segmentos de mineração e metalurgia e de agronegócios, o estado do Maranhão carece de instrumentos para a concretização de investimentos do empresariado local, nacional e estrangeiro.

## Lídice pede solução para dificuldades do cacau

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que os produtores de cacau da Bahia estão preocupados com as consequências negativas do sistema aduaneiro imposto ao produto. Segundo senadora, o chamado *drawback* tem causado prejuízo de R\$ 500 milhões por ano por provocar um deságio na venda do cacau.

— Essa cultura tem muita importância para a Bahia. O Brasil é o quinto maior produtor de cacau e o terceiro maior consumidor de chocolate. Não podemos continuar tendo esse tipo de prejuízo — disse.

Lídice relatou a reunião realizada em Itabuna (BA), na segunda-feira, com produtores e representantes do governo federal e da Bahia. O Ministério do Desenvolvimento, segundo a senadora, assumiu o compromisso de criar um grupo de trabalho para tratar do *drawback* do cacau.

— Vemos isso com esperança, mas sabemos que é uma luta que se inicia.



Roberto Rocha crê que São Luís tem a geografia ideal para abrigar uma área de livre comércio

# Falta consenso sobre futuro da Previdência

Saúde financeira do sistema e proteção aos trabalhadores são os motivos de maior preocupação para especialistas ouvidos em debate sobre medida provisória que altera o cálculo das aposentadorias

DEBATE PROMOVIDO ONTEM no Senado mostrou a falta de consenso em torno dos caminhos para preservar os trabalhadores na hora da aposentadoria e, ao mesmo tempo, garantir a saúde dos cofres da Previdência Social.

O encontro ocorreu na comissão mista encarregada de fazer a análise prévia da Medida Provisória (MP) 676/2015, que cria uma nova fórmula de cálculo das aposentadorias em alternativa ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2015. O PLV foi vetado parcialmente em junho pela presidente Dilma Rousseff e deu origem à Lei 13.135/2015.

A proposta vetada por Dilma permitia a aplicação da regra 85/95 na hora da aposentadoria — referente à soma da idade e do tempo de contribuição dos segurados, sendo 85 para mulheres e 95 para homens. A fórmula foi aprovada no Congresso como opção ao fator previdenciário, que reduzia o valor dos benefícios de quem se aposenta mais cedo.

A MP manteve a regra 85/95, mas criou um dispositivo progressivo que considera o aumento da expectativa de

vida do brasileiro. Na prática, a medida adia a concessão de aposentadorias para dar sustentabilidade ao sistema.

Segundo o especialista em políticas sociais Luiz Henrique Paiva, será inevitável construir o consenso em torno da idade mínima para aposentadoria para garantir a manutenção da Previdência. Ele afirmou que em 2060 haverá um grande número de idosos e de crianças e uma redução da população em idade de trabalhar:

— A proporção de idosos vai passar de 7% a 14% da população em 25 anos. Nos EUA, essa transição foi feita em 70 anos.

O representante da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), Francisco Eduardo Alves, também alertou para a concessão elevada de benefícios não programados por incapacidade (auxílio-doença).

— São concedidos 11 milhões de benefícios anuais, a um custo de R\$ 125 bilhões, o que representa um quarto do total dos recursos.

Já o vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feli-



Depois de passar pela comissão presidida por Eduardo Amorim (4º à esq.), a MP será votada pelo Senado e pela Câmara

ciano, afirmou que o problema da Previdência está na informalidade, visto que 32 milhões de pessoas não contribuem com a instituição.

— Esse é o buraco que merece a nossa atenção, e não o que ocorrerá em 2060 — afirmou.

## Financiamento

A representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Lilian Arruda Marques, disse que as alterações nos cálculos das aposentadorias não devem levar em conta apenas o futuro dos cofres da Previdência.

— Ou se faz a discussão do regime todo e da fonte de financiamento, ou vamos punir de novo os que menos

ganham. O fator previdenciário prejudica quem entrou no mercado mais cedo.

Por sua vez, a representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos, disse ser contrária à progressividade prevista na MP.

— Não podemos, num momento como esse, deixar que esses segurados, justamente os que ganham menos, sejam mais uma vez prejudicados.

Também para a representante da OAB no Distrito Federal, Thais Riedel, não se deve sacrificar quem já está na Previdência e é preciso equilibrar o sistema evitando fraudes e desvios.

Em nome da Confederação Brasileira de Aposentados,

Pensionistas e Idosos (Cobap), Guilherme Portanova afirmou que a MP 676/2015 nada mais é que um “ato preparatório” para o governo também mexer nas aposentadorias por idade.

Representado o IBGE, Cláudio Crespo observou que a atual expectativa de vida de 74 anos não é uniforme no país. E que o regime previdenciário, de âmbito nacional, precisa considerar esse aspecto.

O presidente da comissão mista, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), e o relator, deputado Afonso Florence (PT-BA), disseram que estão abertos a sugestões. Depois de aprovada na comissão mista, a MP ainda será votada nos Plenários do Senado e da Câmara dos Deputados.

## Empresas de rochas para piso reclamam que burocracia inibe o setor

A exploração de rochas ornamentais está represada pela ineficiência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), afirmaram empresas do setor na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

— O DNPM se limita a controlar e fiscalizar a mineração e faz com ineficiência sua missão fundamental de fomentar e planejar. Isso ocorre devido à desestruturação orçamentária — disse Reinaldo Sampaio, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais.

As rochas ornamentais são usadas em pisos, paredes e bancadas — entre elas, o granito e o mármore, que concorrem



O senador Ricardo Ferraço (3º à esq.), que propôs a audiência, conduz o debate sobre o setor de rochas ornamentais

com revestimentos cerâmicos.

— Fazemos um esforço hercúleo de prospectar novos materiais. Isso nos torna o setor mais demandante das atividades do DNPM — afirmou.

Tales Machado, presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais do Espírito Santo, contou que a espera

por autorização de exploração de jazida chega a dois anos.

Uma das saídas apontadas foi a transferência para os municípios da prerrogativa de autorizar a exploração. José Guidoni, presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais, sugeriu a simplificação das normas

para autorização. Celso Garcia, diretor-geral do DNPM, pediu aos parlamentares empenho na aprovação do marco regulatório da mineração.

Carlos da Costa Junior, secretário de Geologia do Ministério de Minas e Energia, disse que o marco simplificará o processo de exploração dessas rochas.

## Ângela rejeita texto sobre atuação da Petrobras no pré-sal

Ângela Portela (PT-RR) criticou o projeto de José Serra (PSDB-SP) que retira da Petrobras a condição de exploradora única do pré-sal e elimina exigência de a empresa participar com o mínimo de 30% na exploração. Para Ângela, a exclusividade na exploração do petróleo e os investimentos mínimos de 30% não são ônus para a empresa, mas garantia do controle nacional sobre reserva que é dos brasileiros.

— Sou contra a aprovação do PLS 131/2015, pois tira dos brasileiros o usufruto exclusivo do benefício do pré-sal.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Endividadas, santas casas pedem socorro

Instituições, que atendem metade dos pacientes da saúde pública, querem refinar linhas de crédito e reforço orçamentário. Senadores prometem priorizar o assunto

O PLENÁRIO DO Senado fez ontem uma sessão temática sobre a forte crise que atinge as santas casas de misericórdia em todo o país. O setor, que atende cerca de metade dos pacientes da saúde pública brasileira, acumula dívidas bancárias de R\$ 21,5 bilhões.

Juntamente com a frente parlamentar que defende a área, as santas casas querem negociar com o governo e o Congresso um incremento orçamentário da ordem de R\$ 10 bilhões ao ano, equivalente ao déficit do ano passado.

— Somos muito importantes para o país e para a população — lembra o diretor da Santa Casa de Porto Alegre, Júlio Matos.

Ele reitera que milhões de pessoas com doenças crônicas como diabetes, hipertensão e obesidade mórbida sofrem com a falta de tratamento em condições adequadas. E pacientes com doenças de alta complexidade ou com necessidades cirúrgicas também são diretamente atingidos.

— Só não fechamos ainda por causa de iniciativas pontuais tomadas por gestores públicos nos estados e nos municípios. A situação é devastadora e inadmissível.

Matos cobrou maior participação da União no financiamento da saúde. As responsabilidades têm sido transferidas para estados e municípios sem contrapartida equivalente no repasse de verbas e na criação de infraestrutura adequada. Por meio de gráficos, mostrou que a participação da União no financiamento do setor despencou de 75% na década de 80 para cerca de 42% neste ano. Outro problema, afirmou, é a descontinuidade na gestão

a cada troca de governo ou de ministro.

Representantes de bancos públicos também participaram da sessão. O diretor de Projetos Sociais do BNDES, Henrique Ferreira, informou que o banco vai estudar a proposta de refinanciamento das linhas de crédito das santas casas apresentada por Júlio Matos. Eles também querem engajamento do Congresso para que o BNDES autorize a concessão dessa nova linha de crédito, da ordem de R\$ 21,5 bilhões, suficientes para zerar as dívidas, com juros de 0,5% ao ano.

Ferreira informa que o banco estuda a reestruturação, reajustando o repasse anual de R\$ 1 bilhão para R\$ 2,5 bilhões, também a taxas de juros mais vantajosas. Mostrou, contudo, as dificuldades na renegociação:

— Também somos obrigados a seguir as regras do Banco Central quanto às análises de risco de crédito. O setor apresenta dificuldade nos seus planos de reestruturação no que tange a receitas e custos.

Ele sugere ainda a participação da Caixa no plano e a abertura de parcerias público-privadas (PPPs). O diretor do BNDES informa que as dificuldades de renegociação abrangem todos os hospitais filantrópicos.

O superintendente de Negócios da Caixa, José Martins Veiga, garante que a instituição quer se engajar nesse esforço. Apenas neste ano, informou, os repasses para as santas casas chegaram a R\$ 650 milhões. O banco estuda aumentar os repasses e trocar a taxa Selic por outro referencial.

— Nos vemos como parcei-



Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes e Ana Amélia na sessão temática do Senado que debateu situação das casas de saúde

ros e agentes sociais também. Metade da saúde pública deste país passa pelas santas casas.

O presidente da Confederação Nacional das Santas Casas, Edson Rogatti, observou que as instituições “trabalham para o governo a um custo bem menor”. Apresentou números em que o custo do atendimento médio sai bem mais barato do que no restante do setor público ou em hospitais privados.

## Proer das Santas Casas

José Serra (PSDB-SP) sugeriu que o Senado trabalhe numa reestruturação das dívidas, que ele chamou de o Proer das Santas Casas. Lembrou que plano semelhante foi implantado na década de 90, o que impediu, na ocasião, que as duas maiores instituições desse tipo no país, as de São Paulo e de Belo Horizonte, fechassem as portas.

— [Esse socorro] Sai por menos de R\$ 1 bilhão a juros subsidiados, com prazos razoáveis de pagamento — garantiu.

Serra criticou ainda a gestão petista na saúde desde 2003, afirmando que o setor tem sofrido com indicações políticas em todas as áreas e o aumento da corrupção.

— Atinge o Ministério [da Saúde], Funasa [Fundação Nacional da Saúde], ANS [Agência Nacional de Saúde] e Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] — afirmou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que presidiu parte da sessão, garantiu que a frente parlamentar vai priorizar o assunto na definição do Orçamento 2016. Ele lamentou ainda que o Ministério da Saúde, apesar de convidado, não tenha enviado nenhum representante à sessão.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) também criticou o fato de o Ministério da Saúde não ter enviado representante. Ele garante que buscará um acordo suprapartidário visando ao incremento do Orçamento das santas casas já para o ano que vem.

Ana Amélia (PP-RS) foi outra que criticou a ausência do ministério. Ela fez uma menção positiva à presença de técnicos do BNDES e da Caixa, mas preferia que os presidentes das instituições, Luciano Coutinho e Miriam Belchior, tivessem vindo.

— As santas casas só apresentam déficit porque cumprem a mais nobre das missões, que é salvar vidas e atender os mais pobres. Em Porto Alegre, atende pacientes de todo o estado e até de outros — observou a senadora, para quem “o plano de reestruturação está lançado” e depende agora da vontade política do governo.

— Fizeram um grande trabalho pra reestruturar as dívidas dos clubes de futebol e de outros setores. Como não sinalizar com algo mais concreto para as santas casas?

Ela anuncia também que buscará no banco estatal do Rio Grande do Sul uma linha de financiamento para a Santa Casa de Porto Alegre.

## Proposta sobre prevenção de incêndios segue para o Plenário

Para prevenir incêndios como o da Boate Kiss, que matou 242 pessoas em 2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou regras mais rígidas para funcionamento de boates, casas noturnas, bares, cinemas, teatros, prédios públicos, restaurantes, hotéis, hospitais, escolas e circos.

Entre outros pontos, o projeto procura integrar a ação de prefeituras e corpo de bombeiros na prevenção e combate a desastres. A matéria segue para o Plenário, em regime de urgência, conforme requerimento aprovado na CCJ.

De autoria da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), o PLC 33/2014 incorporou o resultado do trabalho das comissões externas da Câmara

e do Senado que acompanham a investigação do incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS). Os parlamentares promoveram audiências públicas e diligências sobre o tema.

O texto explicita responsabilidades de cada órgão do governo, as dos bombeiros

e as responsabilidades comuns. O prefeito, o oficial do Corpo de Bombeiros e outros agentes públicos poderão ser processados por improbidade administrativa se não obedecerem à legislação.

A proposta também torna crime, com penas de detenção

de seis meses a dois anos, a permissão de ingresso de pessoas em número maior que a lotação especificada. Pune ainda quem descumprir determinações dos bombeiros ou do poder público municipal.

As normas especiais a serem editadas pelos municípios sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres devem ser seguidas pelos estabelecimentos e locais com ocupação simultânea de 100 pessoas ou mais. Isso vale ainda para reuniões a céu aberto, como shows e outros eventos culturais. De acordo com o texto, o processo de aprovação de uma construção, instalação ou reforma deverá observar, ainda, a legislação estadual sobre o tema, as condições de acesso exigidas para operações de

socorro e retirada de vítimas e a prioridade para uso de sistemas preventivos automáticos de combate a incêndio.

O relator na CCJ, Paulo Paim (PT-RS), aceitou emenda de Acir Gurgacz (PDT-RO) para suprimir dispositivos que transferiam para as prefeituras prerrogativas de emissão de laudos para realização de eventos e funcionamento de estabelecimentos.

— Segundo relatos dos bombeiros na última audiência que realizamos, se não acatássemos a emenda supressiva, a situação ficaria pior que a vigente na época do acidente da Kiss — explicou Paim.

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), destacou a importância de atualização da legislação.



Projeto foi elaborado após investigações sobre tragédia na boate Kiss, no RS

# Senadores proíbem doação de empresas nas campanhas eleitorais

Projeto da reforma política, que agora voltará para a Câmara, também inibe as coligações partidárias nas eleições proporcionais

O SENADO APROVOU ontem, com 36 votos favoráveis e 31 contrários, a proibição das doações de empresas às campanhas políticas. Ficou autorizado, por outro lado, o repasse de dinheiro de pessoas físicas aos partidos e candidatos.

Essas normas fazem parte da reforma política reunida no PLC 75/2015, cuja redação final ainda terá de ser votada antes de o texto ser remetido para Câmara. O projeto contém outras regras eleitorais.

Jorge Viana (PT-AC) pediu o fim das doações de empresas: — Empresa visa ao lucro, e a política não pode ser uma atividade do lucro.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lembrou que a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a doação de empresas:

— Não há eleição em igualdade de disputa quando não se tem um equilíbrio entre as partes concorrentes.

Na direção oposta, o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), lembrou que o financiamento de pessoa jurídica surgiu a partir da CPI do Orçamento, porque até então, segundo ele, todas as eleições eram financiadas pelo caixa dois:

— Doações de pessoas jurídicas estão na minha prestação de contas e não por isso meu mandato é meio mandato, vinculado ou tolhido.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), também defendeu as doações de empresas. Para ele, as contribuições feitas às campanhas eleitorais permitem à oposição enfrentar a máquina do governo.

## Coligações

O projeto aprovado também muda a regra das eleições proporcionais (para vereador e deputados federal e estadual). Mesmo em coligações, apenas serão eleitos os que obtiverem pelo menos 10% do quociente eleitoral (obtido pelo número de votos válidos dividido pelo número de vagas em disputa). O relator da proposta, Rome-



O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz a sessão em que o Plenário aprovou a proposta da reforma política

ro Jucá (PMDB-RR), afirmou que na prática a proposta acaba com as coligações.

— Nós colocamos um dispositivo que não acaba com as coligações, mas que faz contar individualmente os votos dos partidos que compõem a coligação para chegar ao coeficiente eleitoral — disse Jucá, referindo-se ao fim do “fator Enéas”.

Enéas Carneiro foi o deputado federal mais bem votado do país em 2002. O 1,5 milhão de votos que ele recebeu foi suficiente para a diplomação de mais cinco pessoas. Uma delas recebeu menos de 400 votos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) classificou a proposta de manobra, argumentando que projeto parecido havia sido rejeitado pela Câmara.

Para que os pequenos partidos não sejam prejudicados, o projeto traz a possibilidade de legendas se reunirem em federação e passarem a atuar como se fossem uma única agremiação. As federações teriam que obedecer às mesmas regras dos partidos.

Os senadores também aprovaram novas normas para as “janelas” que permitiriam os parlamentares trocarem de partido. Uma emenda de Roberto Rocha (PSB-MA) estabelece que perderá o mandato o político que se desfiliar sem justa causa do partido pelo qual foi eleito.

No entanto, há exceções. De acordo com o texto, são consideradas justas causas

a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário e a grave discriminação política pessoal. Além disso, fica permitida a mudança de partido durante o período de 30 dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição que se realizará no ano anterior ao término do mandato vigente.

## Alerta

Apesar do resultado favorável à proposta, o presidente do Senado, Renan Calheiros, alertou:

— Acabamos de aprovar uma emenda já decidida como inconstitucional pelo Tribunal Superior Eleitoral: o prazo de filiação partidária. No passado, o TSE entendeu que esse é um mandamento constitucional e, para mudar qualquer regra sobre filiação, é preciso haver mudança na Constituição. Nós fizemos isso por lei ordinária.

Igualmente controversa foi a discussão sobre os debates políticos. Foi acatada a proposta de que até 2020 deverão ser asseguradas as participações de candidatos de partidos com pelo menos quatro deputados federais. A partir de 2020, serão nove deputados. Além disso, no segundo turno, os candidatos a governador e presidente deverão participar de pelo menos três debates televisivos.

Foi aprovada uma emenda de Aécio Neves (PSDB-MG) para que fosse mantida a impressão, a conferência e o depósito automático do voto, sem contato manual do eleitor. O processo

de votação não estaria concluído até o momento em que fosse checado se o registro impresso estivesse igual ao mostrado na urna eletrônica.

— A Justiça Eleitoral deveria compreender isso como um avanço em favor de uma transparência maior dos pleitos — disse Aécio.

Jorge Viana (PT-AC) advertiu que os operadores da Justiça Eleitoral avisaram que a impressão de votos pode significar a morte da urna eletrônica.

As campanhas deverão ficar mais silenciosas. O projeto veda o uso de alto-falantes, carros de som e trios elétricos fora de comícios e carreatas.

O texto aprovado determina que as propagandas partidárias terão cinco minutos cada uma para os partidos com até nove deputados federais e dez minutos para legendas que elegeram dez deputados ou mais.



Romero Jucá, que relatou o projeto na Comissão da Reforma Política

## Proposta também altera exigência de domicílio eleitoral

A proposta de reforma política aprovada pelo Senado acaba com a exigência de que o candidato tenha, pelo menos um ano antes do pleito, domicílio eleitoral na região em que concorre. A mudança foi proposta em emenda de José Serra (PSDB-SP). Outra emenda aprovada, de Marta Suplicy (sem partido-SP), estabelece que, de 1º de abril a 30 de julho dos anos eleitorais, o TSE vai

veicular publicidade de incentivo à participação feminina na política e esclarecimento sobre as regras do sistema eleitoral.

O projeto determina ainda que os custos no primeiro turno para presidente, governadores e prefeitos terão como limite 70% do maior gasto contratado nas regiões onde houve apenas um turno. Onde houver dois, o limite das despesas é de 50% do gasto mais alto. Para sena-

dor, deputados e vereadores, o teto de gastos será de 70% do maior custo nas eleições imediatamente anteriores.

A distribuição do Fundo Partidário ficará restrita a legendas que tiverem, até 2018, diretórios permanentes em 10% das cidades distribuídas em pelo menos 14 estados. Em 2022, deverão ser 20% dos municípios em 18 estados.

Os institutos de pesquisas

eleitorais ficarão proibidos de prestar serviço aos veículos de comunicação durante as campanhas se, nos 12 meses anteriores às eleições, tiverem trabalhado para partidos, candidatos ou órgãos da administração pública.

Os senadores também aprovaram emenda de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que prevê a instalação de urnas especiais para os eleitores em trânsito.

## PEC prevê que suplente seja votado

Os candidatos a suplente de senador poderão enfrentar as urnas, como ocorre na escolha do titular. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou uma proposta que designa como primeiro suplente o candidato mais votado não eleito como titular e como segundo suplente o que ficar na posição subsequente (PEC 18/2015). A proposta é de Raimundo Lira (PMDB-PB) e recebeu voto favorável da relatora, Simone Tebet (PMDB-MS). Pelo sistema atual, os dois suplentes não disputam as eleições, mas apenas integram a chapa do candidato a senador.

A PEC estabelece que, quando houver a renovação de dois terços do Senado, com a eleição de dois senadores em cada estado, o terceiro e o quarto candidatos mais votados serão o primeiro e o segundo suplente de ambos os eleitos. Nesse caso, portanto, serão dois suplentes para dois titulares — hoje cada senador conta com dois suplentes.

O sistema atual é alvo de críticas, a começar por permitir a indicação de nomes pouco conhecidos do eleitor. É também prática relativamente comum a designação, como suplentes, de familiares e financiadores da campanha. A PEC vai para o Plenário.

## Viana pede que Senado atenda vontade popular

Jorge Viana (PT-AC) pediu ontem aos senadores, antes da votação da reforma política, que pensassem acima de seus partidos e mais próximos da vontade popular.

O senador, que presidiu a Comissão da Reforma Política, disse que pouco se mudará na política sem o fim das coligações nas eleições proporcionais e sem o fim do financiamento empresarial para campanhas.

Para ele, o Senado tem a oportunidade de propor algo novo, que tire a política da posição de réu:

— A atividade política está quase amaldiçoada. Espero a união das forças políticas do Senado para que se votem questões com substância.